



**PFDC**

**Procuradoria Federal  
dos Direitos do Cidadão**

---

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
2008**

---

# SUMÁRIO

	<i>Apresentação Geral</i>
<b>1 - INSTITUCIONAL</b>	
4	1.1. Missão
4	1.2. Titulares e Substitutos
5	1.3. Prioridades em 2008
<b>2 - ATUAÇÃO</b>	
6	2.1. Grupos de Trabalho da PFDC
7	2.1.1. GT Alimentação Adequada
9	2.1.2. GT Comunicação Social
8	2.1.3. GT Educação
10	2.1.4. GT Inclusão para as Pessoas com Deficiência
12	2.1.5. GT Direitos Sexuais e Reprodutivos
14	2.1.6. GT Previdência Social
15	2.1.7. GT Saúde
16	2.1.8. GT Reforma Agrária
16	2.1.9. GT Sistema Prisional
17	2.2. Comissões da PFDC
17	2.2.1. Comissão para Análise do Livro Negro do Terrorismo no Brasil
17	2.2.2. Comissão para Revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos
17	2.3. Participações interinstitucionais
17	2.3.1. Conselhos, Comissões e Comitês
19	2.3.1. Grupos
20	2.4. Parcerias
21	2.5. Eventos e reuniões
21	2.5.1. Eventos promovidos pela PFDC
22	2.5.2. Participação em eventos nacionais e internacionais

23	2.5.3. Palestras proferidas
24	2.5.4. Participação em reuniões internas e externas
25	2.6. Publicações
26	2.7. Procedimentos Administrativos de Acompanhamento
27	2.8. Recomendações e Pedidos de Informação
28	2.9. Atendimento ao Cidadão

### **3 - COORDENAÇÃO, INTEGRAÇÃO E REVISÃO**

29	3.1. Atuação extrajudicial por estados e municípios
35	3.2. Atuação judicial por estados e municípios
40	3.3. Atuação judicial das Procuradorias Regionais da República (PRR)
40	3.4. Revisão de Procedimentos Administrativos

### **4 - ESTRUTURA DA PFDC**

43	4.1. Coordenadoria Administrativa (CA)
43	4.2. Coordenadoria de Assessoramento Multidisciplinar (CAM)
44	4.3. Coordenadoria de Comunicação e Informação (CCI)
45	4.4. Secretaria de Gabinete (Segab)
45	4.5. Núcleo de Acompanhamento e Promoção de Arquivamento (Nuapa)

## APRESENTAÇÃO

*Em atendimento à Resolução N° 1 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSM-PF), este relatório apresenta as atividades desenvolvidas pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), pelas Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão e pelas Procuradorias Regionais da República durante o ano de 2008.*

*Com o objetivo de trazer uma sucinta, porém detalhada, retrospectiva acerca das atividades desempenhadas, o presente documento traz uma compilação das atividades realizadas no âmbito da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, além de indicadores acerca da atuação judicial e extrajudicial realizada pelas Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão nos estados e municípios.*

*Em virtude da inexistência de um banco de dados que reúna, com confiabilidade, toda a atuação do Ministério Público Federal no temas pertinentes aos direitos do cidadão, este relatório de atividades agrega apenas os dados encaminhados à PFDC pelas Procuradorias dos Direitos do Cidadão nos estados e municípios, além daqueles coletados no âmbito da própria PFDC.*

*Esse levantamento nos permite apontar alguns destaques na atuação em prol da defesa e garantia dos direitos do cidadão:*

- 1924 pareceres e 161 recursos apresentados em ações judiciais;
- 446 ações judiciais propostas;
- 5156 procedimentos administrativos instaurados;
- 322 inquéritos civis públicos;
- 521 recomendações;
- 26 termos de ajustamento de conduta propostos;
- 40 audiências públicas realizadas;
- 14 participações de membros em comissões.

*Os números levantados apontam que a maior parte das demandas que chegam às Procuradorias dos Direitos do Cidadão partem do cidadão comum, com mais de 2 mil representações. Na seqüência estão demandas oriundas de órgãos governamentais e de instituições diversas do Ministério Público Federal, como será detalhado adiante. Entre os temas mais tratados, destacam-se Saúde e Educação.*

*A apresentação deste balanço de atividades é resultado do envolvimento e dedicação institucional da enxuta equipe de servidores da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). O trabalho em destaque é fruto do esforço, engajamento e responsabilidade assumida pelos membros defensores dos direitos do cidadão, em atendimento à missão de “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia”, como determina nossa Constituição Federal em seu artigo 129, inciso II.*

**GILDA PEREIRA DE CARVALHO**  
Subprocuradora-Geral da República  
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

# 1. INSTITUCIONAL

## 1.1. MISSÃO DA PFDC

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) coordena as ações referentes aos direitos do cidadão no Ministério Público Federal. Sua missão está estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que consagra os direitos humanos afirmando a instituição de “um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica de controvérsias”.

A PFDC – assim como as Procuradorias dos Direitos dos Cidadãos nos estados e municípios – atua, portanto, como agente fiscalizador para garantir o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Cidadã. Essa missão institucional é detalhada na Lei Complementar nº 75, em seus artigos 6º, 8º, 11 e 39.

Entre os princípios institucionais cuja observância compete o zelo da PFDC e de todos os Procuradores dos Direitos do Cidadão estão aqueles relativos à proteção dos interesses individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos, assim como a garantia de políticas urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária; o acesso à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto; à ciência e à tecnologia; à comunicação social e à segurança pública.

Dentre as funções da PFDC está a de coordenar, integrar e revisar a atuação das Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão – disponibilizando material informativo para suporte a sua atuação e facilitando a ação coordenada das Procuradoras e Procuradores dos Direitos do Cidadão em todo o território brasileiro. Cabe também à PFDC interagir com órgãos do Estado e representantes da sociedade civil com o fim de garantir o cumprimento dos direitos do cidadão.

Saiba mais sobre a atuação das Procuradorias dos Direitos do Cidadão nas Instruções Normativas nº 1 e nº 2, disponíveis em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/sobre-a-pfdc/sobre-pfdc>

## 1.2 TITULARES

### **GILDA PEREIRA DE CARVALHO**

*SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA  
MANDATO INICIADO EM 06/05/2008*

### **ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO**

*SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA  
MANDATO ENCERRADO EM 05/05/2008*

### 1.2.1 SUBSTITUTOS

#### **AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS**

*SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA  
11 A 18/03/2008*

#### **WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO**

*SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA  
11 A 23/07/2008*

### 1.3. PRIORIDADES EM 2008

Tendo em vista as inúmeras áreas de atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – e sendo o ano de 2008 comemorativo de várias datas importantes da vida constitucional e infraconstitucional de nosso país, tais como os 20 anos da edição da Constituição Federal, os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem – a atual Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão elegeu para o ano de 2008 algumas metas prioritárias de atuação, sem descuido das demais questões pertinentes à PFDC.

Anunciadas no âmbito do *XIV Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos dos Cidadãos (ENPDC)*, as metas de atuação prioritárias são:

- Crianças e adolescentes;
- Sistema prisional;
- Discriminação racial;
- Saúde Mental;
- Proteção Social do Idoso.

Prioridade absoluta na defesa e garantia dos direitos humanos, crianças e adolescentes correspondem a quase um terço da população brasileira. São quase 60 milhões de meninos e meninas que necessitam de condições para desenvolverem com plenitude todo o seu potencial. Esse enorme contingente populacional é também um dos mais vulneráveis: violência sexual, trabalho infantil, problemas na garantia à saúde e à educação são algumas das mazelas que urgem serem reparadas.

Em face do fundamento constitucional de respeito à dignidade da pessoa humana – expresso no art. 1º da Constituição Federal –, a superlotação carcerária das penitenciárias brasileiras é também uma realidade que insta ser corrigida. Da mesma maneira, deve-se buscar a efetiva garantia de inclusão social e econômica à população negra, visto que esse grupo populacional constitui a principal vítima das mazelas sociais que atingem nosso país – tais como o analfabetismo e o desemprego.

As pessoas com transtorno de saúde mental – especialmente as que se encontram em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico – também devem ser atendidas em seus direitos. Não se pode esquecer do respeito à dignidade da pessoa idosa, garantindo-lhe uma subsistência digna.

É com vistas a enfrentar essa dura realidade social que, ao longo de 2008, Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão de todo o país empenharam seus esforços. Os resultados deste trabalho será apresentado adiante.

## 2. ATUAÇÃO

Dentre as funções da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) está a de coordenar, integrar e revisar a atuação das Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão. É também papel da PFDC interagir e dialogar com outras instituições públicas, organismos nacionais e internacionais, além de representantes da sociedade civil – a fim de trocar experiências na área e de conhecer mais de perto as demandas sociais e as ações dos poderes públicos para atendê-las. Essa atuação se dá por meio das seguintes atividades:

- Realização de Grupos de Trabalho e Comissões temáticas, reunindo Procuradores dos Direitos dos Cidadãos de diferentes localidades do Brasil;
- Participação em Conselhos, Comissões e Grupos de composição interinstitucional;
- Parcerias com órgãos governamentais e com entidades da sociedade civil que atuam no campo dos direitos do cidadão;
- Participação / realização de eventos nacionais e internacionais, além de reuniões internas e externas;
- Instauração de Procedimentos Administrativos de acompanhamento e de Recomendações;
- Atendimento direto ao cidadão;
- Revisão de Procedimentos Administrativos arquivados pelas Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão em todo o país.

Conheça a seguir detalhes de cada uma dessas atividades:

### 2.1 GRUPOS DE TRABALHO DA PFDC

Os Grupos de Trabalho da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) foram criados com o objetivo de debater temas prioritários e de propor metas e procedimentos para a atuação coordenada de todos os Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão no país. Atualmente, a PFDC conta com nove Grupos de Trabalho em atividade. A atuação se dá nos seguintes temas:

1. Alimentação Adequada
2. Comunicação Social
3. Educação
4. Direitos Sexuais e Reprodutivos
5. Inclusão de Pessoas com Deficiência
6. Previdência e Assistência Social
7. Reforma Agrária
8. Saúde
9. Sistema Prisional

Os Grupos de Trabalho são compostos por Procuradores dos Direitos do Cidadão de diferentes estados e municípios. Além da representatividade geográfica, a composição dos grupos visa ainda assegurar aspectos como diversidade e experiência no tema em questão. Conheça a seguir mais detalhes da atuação de cada GT.

## 2.1.1. GT ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Instituído pela Portaria N.001/2004 -PFDC/MPF, visa assegurar a implementação e execução adequada dos programas sociais de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nessa perspectiva, constituem suas prioridades:

- Levantar e acompanhar experiências de atuação pelo DHAA, divulgando-as aos membros;
- Acompanhar políticas públicas de DHAA, contribuindo para a superação das barreiras de acesso;
- Acompanhar a implementação da Lei Nacional de Segurança Alimentar (Losan) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan);
- Acompanhar o Projeto de Lei sobre o Programa Nacional de alimentação Escolar (Pnae).
- Constituem também temas paralelos de atuação a garantia de acesso à água e o excesso de sódio nos alimentos industrializados.

### Atividades em 2008

Em 2008, o GT Alimentação Adequada realizou três reuniões ordinárias, sendo uma virtual. Foram promovidos ainda encontros com órgãos públicos, organizações internacionais e organizações não-governamentais, tais como:

- Com a Missão ao Brasil da Unidade do Direito à Alimentação da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura) e representantes da Ação Brasileira para o Direito à Alimentação e Nutrição (Abrandh) – PFDC, 4/03/08.
- Com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Programa Nacional de alimentação Escolar (PNAE), para tratar de medidas que garantam a não interrupção do fornecimento da alimentação escolar nos casos de suspensão do repasse de recursos federais – PFDC, 27/08/07.
- Com o Grupo de Trabalho Alimentos Processados, da Câmara Setorial de Alimentos da Agência nacional de Vigilância Sanitária, sobre excesso de sódio nos alimentos industrializados – Anvisa, 21 e 22/08/07.
- Com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para tratar do Programa Bolsa Família e da Rede Pública de Fiscalização – PFDC, 11/12/08.

### Outros destaques de atuação:

- Participação do coordenador do GT, Duciran Van Marsen Farena, no Fórum Right to Food, promovido pela Unidade do Direito à Alimentação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em sua sede – Roma, de 1º a 3 de outubro de 2008.
- Elaboração do Manual sobre o Direito a Alimentação Adequada, publicado pela ESMPU e disponibilizado na página eletrônica da PFDC ([http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/alimentacao/publicacoes-1/Direito\\_a\\_alimentacao\\_VERSaO\\_WEB.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/alimentacao/publicacoes-1/Direito_a_alimentacao_VERSaO_WEB.pdf)).
- Acompanhamento do trabalho da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), criada com o objetivo de estabelecer metodologia interinstitucional de trabalho para apuração de denúncias de violação do DHAA.
- Participação no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), como instituição observadora.

### Mais informações no site da PFDC:

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/alimentacao/apresentacao>



## 2.1.2. GT COMUNICAÇÃO SOCIAL

Instituído pela Portaria N.001/2004 - PFDC/MPF, tem como proposta fundamental debater e propor metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores dos Direitos do Cidadão no que se refere à programação televisiva voltada à criança e ao adolescente e aos procedimentos de autorização para novas rádios comunitárias. Também são foco de atuação a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, a publicidade dirigida ao público infanto-juvenil e a televisão pública.

### Atividades em 2008

Em 2008, o GT Comunicação Social realizou uma reunião ordinária. Foram expedidas duas Recomendações ao Ministro de Estado da Justiça, referentes à necessidade de observância do horário de verão pelas emissoras brasileiras de radiodifusão no que se refere à classificação indicativa.

Entre as ações destacadas no plano de trabalho do GT Comunicação estão:

- Trabalhar a questão das rádios-comunitárias, inclusive transversalmente, no que tange ao tratamento do tema no âmbito do Ministério Público Federal;
- Acompanhar o cumprimento das normas de Classificação Indicativa em todo o Brasil, em ação articulada com as Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão;
- Gestionar junto ao Ministério da Justiça a aplicação das regras da Classificação Indicativa também nas televisões pagas;
- Estudar a questão da publicidade dirigida ao público infantil, com especial atenção ao merchandising testemunhal, visando a normatização do tema;
- Acompanhar a recém-criada TV Brasil, com o objetivo de garantir seu caráter público;
- Monitorar a renovação de concessões de canais de televisão na TV Digital, sobretudo no que diz respeito às empresas cujos programas se encontram no ranking da Baixaria da TV, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;
- Atualizar o manual do Grupo de Trabalho, tendo em vista o surgimento de novos instrumentos legais na área.

#### **Mais informações no site da PFDC:**

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/comunicacao-social>

### 2.1.3. GT EDUCAÇÃO

Instituído pela Portaria N.007/2005 - PFDC/MPF, busca debater e propor metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores dos Direitos do Cidadão acerca das diversas questões pertinentes ao direito à educação. Em suas prioridades estão assuntos tais como:

- Cobrança da construção e implementação de uma política nacional de educação e profissionalização do adolescente em conflito com a lei;
- Acompanhamento de recursos constitucionais vinculados à educação: art. 212, caput da Constituição Federal de 1988; Desvinculação das Receitas da União; e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).
- Fiscalização da implementação da Lei nº 10.639/03 (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana) e da Lei nº 11.645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena).

#### Atividades em 2008

Em 2008, o GT Educação realizou quatro reuniões ordinárias. Além dos assuntos prioritários para o GT, também estiveram em pauta as seguintes questões:

- Acompanhamento das ações do Ministério da Educação na capacitação de professores em educação inclusiva e também de programas de educação ambiental no âmbito do ensino fundamental;
- Verificação da legalidade da aplicação dos índices no reajuste das prestações do Financiamento Estudantil (Fies) junto à Caixa Econômica Federal, bem como sobre a vigente política de informação ao estudante mutuário sobre a evolução do valor das prestações nas diversas fases do financiamento, além da exigência de fiador para inclusão no programa;
- Normatização de critérios para observar o necessário atendimento aos princípios constitucionais da administração pública no que se refere às seleções de Mestrado e Doutorado em entidades públicas de ensino superior;
- Fiscalização junto a cursos de Educação Superior à Distância;
- Acompanhamento da implantação e aplicação da política de cotas pelas universidades;
- Fiscalização da prática de “vestibulinhos” e cobrança indevida de mensalidades pelos colégios militares;
- Pedido de revalidação de diplomas de médicos brasileiros graduados em Cuba.

#### Mais informações no site da PFDC:

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/educacao>

### 2.1.4. GT INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Instituído pela Portaria N.001/2005 - PFDC/MPF, visa acompanhar a implementação do Decreto 5296/04, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. É também foco de sua atuação a garantia de políticas de inclusão da pessoa com deficiência.

#### Atividades em 2008

Além da realização de três reuniões ordinárias, o GT participou de eventos na área, tais como: a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o lançamento do livro Manual da Mídia Legal 5, com foco na qualificação da mídia brasileira na cobertura do tema inclusão de pessoas com deficiência; e a solenidade de assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Ministério Público de Minas Gerais com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), referente à acessibilidade bancária às pessoas com deficiência.

São também destaques da atuação do GT:

- *Acessibilidade na programação televisiva*: expedidos ofícios ao Ministro das Comunicações para implementação dos recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência visual. Como não obteve sucesso, o assunto foi encaminhado à PRDC/DF, solicitando a adoção das providências judiciais cabíveis;
- *Acessibilidade nas agências bancárias*: continuação da discussão da elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta com a Febraban para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência nas instituições financeiras e a assinatura do mesmo;
- *Acessibilidade nas unidades do Ministério Público Federal*: expedido ofício ao Secretário-Geral solicitando listagem das unidades que ainda não pediram recursos para garantir a acessibilidade;
- *Acessibilidade nos aeroportos*: instaurado procedimento administrativo com o objetivo de rever a atualização da Resolução n. 09 da Agência Nacional de Aviação Civil;
- *Acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública federal e nos telecentros comunitários*: encaminhado expediente à Secretaria de informática e a Secretária de Comunicação do MPF solicitando diagnóstico acerca da acessibilidade nos portais eletrônicos dos órgãos públicos federais;
- *Acessibilidade nas bulas de medicamentos*: Após a consulta pública da Instrução Normativa para regulamentação da disponibilização de bulas de remédio em meios magnético, braile ou fonte ampliada, o GT sugeriu à Anvisa para que disponibilize em seu site os endereços dos titulares dos registros de medicamentos, bem como determine que disponibilizem nas farmácias os seus endereços ou caixa postal em braile para solicitação de bulas especiais;
- *Avaliação e caracterização das deficiências no Brasil*: acompanhamento dos trabalhos do Grupo Interministerial, instituído no âmbito da SEDH, com o objetivo de elaborar minuta de decreto com a classificação das deficiências no Brasil;
- *Benefício da Prestação Continuada (BPC)*: encaminhado expediente ao Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento para informar sobre autorização de concurso público para a formação de equipes multidisciplinares, no âmbito do INSS, de que trata o art. 16 do Decreto n. 6214/2007. O INSS também foi oficiado para informar se já editou regulamentação acerca dos

procedimentos a serem seguidos pelas equipes de perícia nos termos do art. 25 do mesmo decreto. As respostas recebidas foram repassadas ao GT Previdência;

- *Comitê de Ajudas Técnicas*: acompanhamento dos trabalhos do Comitê de Ajudas Técnicas por meio de envio de ofícios solicitando informações de suas atividades;
- *Contratação de estagiários e empregados terceirizados com deficiência e afrodescendentes nas unidades do MPF*: encaminhado ofício circular aos Procuradores-chefes pedindo que intensifiquem as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no artigo n. 28 da Portaria PGR 340, de 2004, em todas as unidades do MPF, para garantir a contratação de estagiários e empregados terceirizados com deficiência, conforme a Lei 8.213/91;
- *Contratação de professores surdos em instituições de ensino médio e superior*: dado ciência a todos os PRDC e PDCs para verificação, no âmbito de suas atuações (especialmente universidades federais e particulares e ensino médio federal), se o art. 7º do Decreto n. 5626/2005 está sendo cumprido;
- *Política do Livro Acessível no Brasil*: encaminhado ofício ao Ministério da Cultura requisitando a minuta do decreto que regulamentará Lei n. 10.753/2003 e informações sobre o seu encaminhamento para a assinatura final;
- *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*: encaminhado aos PRDC e PDC Nota Técnica da Secretaria de Educação Especial esclarecendo que a Política Nacional de Educação não extingue o atendimento educacional especializado, pois está em consonância com a Convenção da ONU, bem como com as demais normas e estudos relacionados à educação inclusiva;
- *Reserva de vaga em concurso público*: reiterados os ofícios expedidos ao Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Secretaria de Recurso Humanos do MPF solicitando a adoção de percentual máximo de reserva de cargos a serem ocupados por pessoas com deficiência nos quadros da Administração Pública e identificar os cargos que no seu entender exigem aptidão plena, bem como justificar tal condição e indicar a maneira como ela pode ser mantida ao longo de todo o exercício das atividades.

**Mais informações no site da PFDC:**

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/inclusao-pessoas-deficiencia/apresentacao>

### 2.1.5. GT DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Instituído pela Portaria N.008/2005 - PFDC/MPF, tem como objetivo debater e propor metas e procedimentos para a atuação coordenada nos temas referentes aos direitos sexuais e reprodutivos – como o parto antecipado em caso de anencefalia, a discriminação de gênero e de orientação sexual, a política de planejamento familiar, entre outros.

#### Atividades em 2008

Em 2008, o GT Direitos Sexuais e Reprodutivos realizou três reuniões ordinárias, além de encontro com representantes do Ministério da Saúde (Coordenação do Comitê Técnico de Saúde da População LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) para tratar da questão da cirurgia de transgenitalização pelo SUS, e com representantes da organização não-governamental Coletivo Nacional Transexuais (CNT), para tratar de demandas relativas ao tema.

Entre os destaque de sua atuação estão também:

- *Reconhecimento no Brasil da união entre pessoas do mesmo sexo*: acompanhamento do andamento do oferecimento da representação junto ao PGR para ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o STF pleiteando a declaração de que é obrigatório o reconhecimento no Brasil da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, desde que atendidos os requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher;
- *Adoção por cidadãos LGBT*: acompanhamento das discussões acerca da possibilidade de adoção por parte dos cidadãos LGBT;
- *Cobertura da cirurgia de Transgenitalização pelos Planos de Saúde*: verificação junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre os critérios para inclusão de determinado procedimento na lista obrigatória dos Planos de Saúde e o que é necessário para que a cirurgia de transgenitalização seja coberta;
- *Comitê Técnico em Saúde da População LGBT do Ministério de Saúde*: acompanhamento dos trabalhos do Comitê formado no âmbito do Ministério da Saúde para discutir ações na área da saúde da população LGBT;
- *Planejamento Familiar*: monitoramento do cumprimento da Lei 9.263/96 (planejamento familiar), com atenção ao direito à autonomia;
- *Suspensão de Tutela Antecipada (STA)185*: acompanhamento do resultado do Recurso de Agravo Regimental do PGR sobre a Revogação da STA 185/DF, referente à cirurgia de transgenitalização pelo SUS;
- *Vacina contra HPV*: monitoramento da tramitação do PLS 51/2007, que prevê a distribuição gratuita da vacina contra vírus HPV pelo SUS.

#### Participação em eventos:

- Conferência Municipal GLBT – Campinas, 10/3/2008.
- Debate e exibição do documentário “Transexualidade: uma questão de gênero”, de Rodrigo Na-

jar – PR/SP, 3/4/2008.

- Seminário “Ética, Relações de Gênero e Orientação Sexual”, realizado pelo Centro Universitário UNIDESC/GO – Goiânia, 3/5/2008.
- Palestra sobre direitos sexuais na Universidade Mackenzie – São Paulo, 31/05/2008 .
- Lançamento da “I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais: Os Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania” – Brasília, 30/5/2008
- “I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, como painelistas, com o tema “O Judiciário e o Ministério Público” – Brasília, 6/6/2008.
- Aula sobre Direitos Sexuais - Direito à Diferença, na sede da ONG Geledés – São Paulo
- Seminário “Normas de Gênero e Políticas de Saúde Pública no Brasil: O processo transexualizador no SUS”, realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro, 5/12/2008.

#### **Acompanhamento de proposições legislativas**

- PL 10/07 e PL 313/07 – Dispõe sobre planejamento familiar e altera a Lei 9.263 de 1996;
- PL 6656/06 – Altera o art. 58 da Lei 6015 de 31.12.1973, que dispõe sobre os registros públicos;
- PL 122/2006 – Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas (criminalização da homofobia);
- PL 5166/05 – Dispõe sobre crimes de antecipação terapêutica de parto anencefálico ou inviável.

#### **Mais informações no site da PFDC:**

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/dir-sexuais-reprodutivos/apresentacao>

## 2.1.6. GT PREVIDÊNCIA SOCIAL

Instituído pela Portaria N.005/2006 - PFDC/MPF, tem como objetivo o acompanhamento da qualidade do atendimento prestado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), além da compatibilidade entre a normatização interna da citada autarquia e a jurisprudência consolidada no âmbito da Justiça Federal. Também são foco de atuação o funcionamento dos centros de reabilitação profissional, a especialização de médicos-peritos, a alta programada e os benefícios de assistência social, entre outras questões.

### Atividades em 2008

Em 2008, o GT Previdência Social realizou cinco reuniões ordinárias. Entre as atividades, vale destacar a mobilização de membros do Ministério Público Federal de todo o Brasil para o “Dia Nacional de Visita às Agências do INSS”. Outra importante ação foram as reuniões com entidades governamentais e de classe com vistas à garantia dos direitos no âmbito da Previdência Social, tais como:

- Reunião com Gerson Zefalon Martins, 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, para tratar da qualidade de atendimento no INSS, questionando-se o médico convidado sobre as posições do CFM acerca do atendimento médico considerado adequado – 13/6/2008;
- Reunião com Luiz Carlos de Teive e Argolo, Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP) para tratar de proposta de Termo de Ajustamento de Conduta, com vistas a solucionar as questões relativas à qualidade da perícia-médica – 19/9/2008;
- Reunião com Marco Antônio de Oliveira, presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para tratar da celebração de possível Termo de Ajuste de Conduta, visando sanar as dificuldades apontadas nos Relatórios de Inspeção, dentre as quais destacam-se o não cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores da Previdência, especialmente os médicos-peritos e a ausência de cartazes informativos nas APS – 19/9/2008;
- Pedido de revalidação de diplomas de médicos brasileiros graduados em Cuba.

Também compôs a atuação do GT o levantamento de informações e a divulgação de estudos temáticos, tais como:

- Divulgação dos resultados do Plano de Ação 2008 do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – disponibilizados na página eletrônica do GT;
- Disponibilização na página eletrônica do GT da Justificativa Administrativa que trata de União Estável;
- Divulgação dos relatórios de inspeção realizados junto às agências da Previdência Social – disponibilizados no site do GT.

### Mais informações na página eletrônica da PFDC:

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/previdencia-social/previdencia-social>

### 2.1.7. GT SAÚDE

Instituído pela Portaria N.06/2008 - PFDC/MPF, tem como objetivo debater e propor metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores dos Direitos do Cidadão em todo o país no que se refere ao tema Saúde. Em 2008, as atividades do GT estiveram focadas nas seguintes questões:

- Colônias de hanseníase;
- Financiamento à saúde (cumprimento da Emenda Constitucional 29 , que dispõe sobre recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde;
- Medicamentos excepcionais;
- Pesquisa em seres humanos;
- Saúde do idoso;
- Saúde mental;
- Terceirização do Sistema Único de Saúde (SUS) e fundações estatais.

#### Atividades em 2008

Em 2008, o GT Saúde realizou cinco reuniões ordinárias, sendo três virtuais. O Grupo de Trabalho também lançou o *Manual sobre Financiamento da Saúde*, publicação feita em parceria com a Escola Superior do Ministério Público (ESMPU) e que visa compilar informações, fontes de dados e experiências do MPF na área. O material está disponível na página eletrônica da PFDC.

Além dessa publicação, o site do GT Saúde foi alimentado com conteúdos diversos – tais como legislações, histórico da atuação do MPF, estudos e pesquisas na área.

Conheça a atuação do GT para as questões definidas como prioritárias em 2008:

- *Saúde do idoso*: seleção e encaminhamento de documentação à PFDC sobre as tratativas feitas com o Conselho Nacional de Defesa dos Idosos quanto à verificação das prioridades e delimitação da possível atuação do Ministério Público Federal na área;
- *Terceirização do SUS e fundações estatais*: disponibilização de material na página eletrônica da PFDC, tais como documentos temáticos e legislação na área;
- *Pesquisa em seres humanos*: expedido ofício ao Ministério da Saúde solicitando informações sobre o grupo de trabalho instituído para avaliar o sistema da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CEP'S). O GT incumbiu-se de elaborar minuta de recomendação com o objetivo de assegurar a continuidade de tratamento a pacientes sujeitos de pesquisa científica;
- *Fornecimento de medicamentos*: oficiado o Ministério da Saúde para a apresentação de informações acerca da atual situação dos programas de fornecimento de medicamentos e da responsabilidade dos entes estatais nesta área.
- *Revisão de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas pelo Ministério da Saúde*: definidas medidas a serem adotadas pelo GT nesse campo e oficiado o Ministério da Saúde.

**Mais informações na página eletrônica da PFDC:**

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/saude>



### 2.1.8. GT REFORMA AGRÁRIA

Instituído pela Portaria N.15/2008PFDC/MPF, visa debater e propor metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores dos Direitos do Cidadão acerca da questão fundiária e dos conflitos agrários. O foco está na política de desapropriação, na implantação do projeto de assentamento, na regularização dos lotes ocupados indevidamente, no despejo forçado, no programa de crédito fundiário e educação rural, entre outras questões.

#### Atividades em 2008

Instituído no âmbito do *XIV Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão*, realizado em agosto de 2008, o GT Reforma Agrária iniciou suas atividades no ano de 2009.

Mais informações na página eletrônica da PFDC:

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/reforma-agraria>

### 2.1.9. GT SISTEMA PRISIONAL

Instituído pela Portaria N.16/2007PFDC/MPF, tem como proposta fundamental o desenvolvimento de ações que busquem a garantia de direitos básicos à pessoa presa, em especial, saúde, educação, trabalho e instalações higiênicas. Também tem como enfoque o acompanhamento das estatísticas sobre o sistema penitenciário brasileiro, visando atuação junto ao Ministério da Justiça.

#### Atividades em 2008

Em 2008, o GT Sistema Prisional realizou duas reuniões ordinárias. As inspeções em unidades prisionais de todo o país e as políticas públicas focadas nessa população também estiveram na pauta:

- Análise de relatórios de inspeção em unidades prisionais brasileiras, com vistas a definir as principais carências do sistema carcerário e determinar sua estratégia de atuação;
- Encaminhamento de cópias do Plano Diretor do Sistema Prisional – elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional em parceria com os Governos Estaduais – aos Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão para acompanhamento da execução das ações e metas planejadas;
- Análise dos dados obtidos junto ao Ministério da Justiça e outras fontes, visando o acompanhamento da implementação das políticas públicas de reestruturação do sistema carcerário;
- Identificação de eventual uso indevido das carceragens das delegacias para recolhimento de presos;
- Levantamento de dados sobre o funcionamento e aproveitamento dos presídios federais, a fim de adotar eventuais providências da alçada do MPF;
- Análise dos procedimentos administrativos da PFDC relacionados ao sistema prisional;

Mais informações na página eletrônica da PFDC:

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/grupos-de-trabalho/sistema-prisional/apresentacao>

## 2.2. COMISSÕES DA PFDC

### 2.2.1. COMISSÃO PARA ANÁLISE DO LIVRO NEGRO DO TERRORISMO NO BRASIL

Instituída pela Portaria PFDC Nº 004, de 22 de maio de 2007, a Comissão para Análise do Livro Negro do Terrorismo no Brasil tem como objetivo subsidiar o Procedimento Administrativo nº 1.34.001.002057/2001-99 – que busca garantir o direito indisponível e imprescritível das famílias dos participantes da “Guerrilha do Araguaia” de obter do Estado dados que permitam localizar o paradeiro dos seus entes mortos na repressão.

**Mais informações na página eletrônica da PFDC:**

<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/sobre-a-pfdc/comissoes/portarias-comissoes>

### 2.2.1. COMISSÃO PARA REVISÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Instituída pela Portaria PFDC Nº 003, de 29 de julho de 2008, a Comissão para Revisão e Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) tem como objetivo recolher e aportar contribuições, no âmbito do Ministério Público, à reformulação do PNDH. A terceira versão do programa será lançada em 2009, a partir de sugestões de aperfeiçoamento oriundas de diversos atores sociais.

**Mais informações na página eletrônica da PFDC:**

<http://intranet-pfdc.pgr.mpf.gov.br/PNDH%20III%2010.06.2009.pdf>

## 2.3 PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS, COMITÊS E GRUPOS INTERINSTITUCIONAIS

Com vistas a garantir maior diálogo e interação com instituições públicas, com entidades da sociedade civil e com organismos internacionais, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) participa de diversas comissões, conselhos e grupos que têm como foco de atuação a proteção e garantia dos direitos do cidadão. Esse trabalho contribui para as ações de coordenação e de revisão da PFDC, tanto pelo contato mais próximo com as demandas sociais e ações dos poderes públicos para atendê-las, quanto por ampliar o acesso ao trabalho desenvolvido pela PFDC.

### 2.3.1. CONSELHOS, COMISSÕES E COMITÊS

Em 2008, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão participou das seguintes atividades:

- 11 reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão criado pela Lei nº 4.319/1964 e que conta com representantes de setores representativos ligados aos direitos humanos no país. Sua principal atribuição é receber denúncias e investigar violações de direitos humanos com abrangência nacional;
- 2 reuniões da Comissão Especial do CDDPH, constituída pela Resolução n.12 e destinada a estabelecer metodologia interinstitucional de trabalho para acompanhamento e apuração

de denúncias relativas à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Representantes designados: Procurador Rodrigo Antônio Tenório e Procurador Duciran Van M. Marsen.

- 10 reuniões da Comissão Especial do CDDPH, constituída pela Resolução n.26 e destinada a acompanhar denúncias de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no país. Entre suas ações está um levantamento empírico desses casos e a apresentação de sugestões e propostas no que concerne à prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação de barragens e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas. Representante designado: Procurador João Akira Omoto.
- 9 reuniões, como instituição observadora, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), órgão superior de deliberação colegiada criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social.
- 5 reuniões do Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil (CNPCT), órgão ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e que tem por objetivo acompanhar a tramitação de projetos na área, além de atuar em cooperação com organismos internacionais e incentivar a realização de campanhas temáticas. Representante designado: Procurador Paulo Vasconcelos Jacobina.
- 5 reuniões do Conselho Deliberativo do Programa Federal de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, regulamentado pelo Decreto 3.518/2000 com vistas a assegurar a execução do programa nos estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados. Representante designado: Procuradora Luciana Loureiro de Oliveira.
- 7 reuniões da coordenação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (CPNDDH), criado em 2004 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o objetivo de criar condições e instrumentos para proteger esses defensores;
- 5 reuniões da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), órgão colegiado vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e cuja função primordial é monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Representante designado: Procuradora Raquel Elias Ferreira Dodge.
- 11 reuniões, como instituição observadora, do Grupo de Trabalho organizador da *XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos*, evento realizado em dezembro de 2008 com o objetivo de revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH);
- 3 reuniões da Comissão sobre o Sistema de Orçamento Público em Saúde (SIOPS), banco de dados criado em 1993 pelo Ministério da Saúde e que tem por objetivo apurar as receitas totais e os gastos em ações e serviços públicos de saúde. Representante designado: Procurador Oswaldo José Barbosa Silva.
- 2 reuniões do Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça, e que tem o objetivo de prevenir e reprimir o tráfico de pessoas, além de responsabilizar os seus autores e garantir atenção e suporte às vítimas;
- 4 reuniões da Comissão Permanente da Saúde (COPEDS), instituída pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça com a proposta de acompanhar dados, estudos e avaliações produzidos pelo Ministério da Saúde e outros órgãos públicos, apurando circunstâncias que indiquem gravame à execução de ações e serviços de saúde. Representantes designados: Procurador Oswaldo José Barbosa Silva e Procuradora Lisiane Cristina Braecher.
- 3 reuniões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), instituída pela Presidência da República, um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Representante designado: Procurador Duciran Van Duciran Marsen Farena.

- 3 reuniões do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, formado para promover o fortalecimento dos direitos humanos na política externa brasileira, a participação cidadã e o controle social, por meio de mecanismos de diálogo entre os poderes do Estado e a sociedade civil.

### 2.3.2. GRUPOS INTERINSTITUCIONAIS

Em 2008, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão também integrou três Grupos de Trabalho interinstitucionais:

#### **Grupo de Trabalho sobre Transporte Aéreo:**

Tem como objetivo atuar de forma integrada entre os ramos do Ministério Público da União (MPU), visando contribuir para a superação da crise aérea, na perspectiva de proteção aos direitos do cidadão, do consumidor e questões trabalhistas.

*Composição:* Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); 3ª Câmara de Coordenação e Revisão; 5ª Câmara de Coordenação e Revisão; Ministério Público do Trabalho; e Ministério Público Militar.

Atividades em 2008:

- Elaboração do documento “Aplicabilidade das normas de saúde e segurança laborais na administração pública e atuação do Ministério Público do Trabalho”, realizado pelo procurador do Trabalho Alessandro Santos de Miranda, da PRT 10ª Região;
- Relatório da atuação integrada do Ministério Público do Trabalho na questão dos controladores de tráfego aéreo, realizado pelo procurador Alessandro Santos de Miranda, da PRT 10ª Região;
- Proposição de Termos de Ajustamento de Conduta sobre as condições de trabalho dos controladores e profissionais do tráfego aéreo. O trabalho contou com a colaboração de diversos componentes do GT, entre eles, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Gilda Pereira de Carvalho.

#### **Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Pessoas**

Por meio de parceria entre entidades governamentais e não-governamentais – além de organismos de atuação internacional – visa o enfrentamento ao tráfico de Pessoas, bem como a plena execução do Decreto n. 5.948/2006, que aprova a política nacional de combate a esse crime, e do Decreto n. 6.347/2008, que aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

*Composição:* Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Ministério da Justiça; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Turismo; Ministério da Cultura; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Advocacia-Geral da União; Ministério Público Federal; Ministério Público do Trabalho; entidades da administração pública e da sociedade civil.

Atividades em 2008:

- Criação de banco de dados – parceria entre PFDC e 2ª CCR/MPF – com levantamento das ações judiciais em curso nas esferas municipal, estadual e federal referentes ao tema tráfico de pessoas;
- Reunião no Ministério da Justiça com as presenças de Mark Lagon, diretor do Escritório de Monitoramento e Enfrentamento do Tráfico de Pessoas do Governo dos EUA, do Secretário Nacional de Justiça Romeu Tuma Júnior, bem como de integrantes do Grupo Interministerial de

Tráfico de Pessoas, o qual a PFDC compõe. Na ocasião, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão detalhou as boas práticas aplicadas ao longo dos últimos cinco anos e recordou a posição adotada pelo Brasil de discutir o tema em foro multilateral – Brasília, 28/6/2008.

- Participação na 1ª Reunião do Grupo Assessor da Secretaria Nacional de Justiça. Na ocasião, a PFDC apresentou e teve aprovadas sugestões para a criação de um sub-grupo para promover a adequação da legislação interna ao “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças”. Também foram aprovadas as propostas para criação de um sub-grupo para atuação junto à Região Norte do país, a publicação de cartilha apresentado o trabalho de Responsabilização/Poder Judiciário (realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) e a nova tiragem da 2ª edição do *Manual Tráfico de Pessoas*, publicação da OIT em parceria com membros do Grupo Assessor – Brasília, 11/6/2008.

## 2.4 – PARCERIAS

Entre as funções da PFDC está a de interagir com outras instituições atuantes na área dos direitos do cidadão – sejam elas públicas, da sociedade civil, nacionais e internacionais. O objetivo é trocar informações e experiências que possam auxiliar o trabalho de proteção e garantia dos direitos de todos os cidadãos e cidadãs. Ao longo de 2008 a PFDC firmou e/ou manteve parceria com as seguintes instituições:

- *Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais* – Plataforma DHESCA Brasil: rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil, atua como um capítulo da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). Em 2003, por ocasião do Seminário DHESC, foi firmado o “Protocolo de Intenções para Cooperação Técnico-jurídica” entre a PFDC e a Plataforma DHESC Brasil. Com duração de dois anos, o prazo do Protocolo encerrou, mas foi mantida a interação em caráter informal. A PFDC participa do Conselho de Seleção dos Relatores Nacionais, composto por membros representantes da sociedade civil organizada, de organismos internacionais e de órgãos públicos brasileiros. Em 2008, foram realizadas 3 reuniões;
- *Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT*: Por meio de parceria estabelecida, a PFDC recebe comunicados e relatórios de fiscalização dos grupos móveis para averiguação de denúncias sobre a prática de trabalho escravo. São também encaminhados relatórios acerca das medidas adotadas para coibir a prática e apurar as irregularidades detectadas;
- *Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM)*: Por meio dessa parceria, a PFDC recebe denúncias e outros expedientes acerca de questões de direitos humanos, com vistas à análise e providências relacionadas aos direitos humanos. Realização da Conferência Nacional dos Direitos Humanos;
- *Ministério da Justiça*: Parceria com o Departamento de Classificação Indicativa, da Secretaria Nacional de Justiça, responsável pela nova política de classificação indicativa adotada pelo governo brasileiro;
- *Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)*: mantém convênio de cooperação técnica com a Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família – consolidação de parcerias com os Ministérios Público Federal e Estaduais, a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União e que tem o objetivo de fortalecer o controle do Bolsa Família.

## 2.5 – EVENTOS E REUNIÕES

Durante o ano de 2008, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão participou de diversos eventos nacionais e internacionais que tiveram como foco a proteção dos direitos do cidadão em seus mais diversos âmbitos. Em conjunto com representantes governamentais, de organismos internacionais e da sociedade civil, a PFDC buscou contribuir para a garantia e proteção dos direitos de todos os cidadãos.

### 2.5.1 - EVENTOS PROMOVIDOS PELA PFDC

Com o objetivo de fomentar o debate e qualificar a atuação nos temas pertinentes aos direitos do cidadão, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão realizou sete eventos ao longo do ano de 2008. Agentes governamentais e da magistratura, representantes da sociedade civil, especialistas e organismos nacionais estiveram entre os participantes.

	EVENTO	DATA/LOCAL	TEMA EM DEBATE
1	<i>Seminário Dia Nacional de Combate ao e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes</i>	16/Mai Procuradoria Geral da República	Violência sexual contra crianças e adolescentes
2	<i>XIV Encontro Nacional de Procuradoras e Procuradores dos Direitos do Cidadão</i>	30/Set Belém / PA	Institucional ( <i>ver quadro abaixo</i> )
3	<i>Workshop Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica</i>	09/Out Procuradoria Geral da República	Saúde mental
4	<i>IV Semana de debates sobre Racismo e Desigualdade Racial</i>	17/Nov Procuradoria Geral da República	Discriminação racial
5	<i>III Mostra PFDC – A Mulher na Tela do Cinema – Filmes: “Zuzu Angel” e “Estamira”</i>	27 e 28/Nov Procuradoria Geral da República	Gênero
6	<i>Seminário Criança e Adolescente. Dilemas da Prática</i>	04/Dez Procuradoria Geral da República	Criança e adolescente
7	<i>1º Encontro Nacional do Controle em Defesa do SUS</i>	09/Dez Procuradoria Geral da República	Saúde

#### XIV ENCONTRO NACIONAL DOS PROCURADORES E PROCURADORAS DOS DIREITOS DO CIDADÃO (ENPDC), BELÉM/PA

Em setembro de 2008, procuradores e procuradoras dos direitos do cidadão de todo o país estiveram reunidos no *XIV Encontro Nacional de Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão (ENPDC)*, realizado em Belém do Pará. A escolha da capital paraense teve como propósito apoiar os procuradores da República naquele estado no enfrentamento às constantes violações de direitos humanos ocorridas na região – tais como trabalho escravo e infantil, tráfico de pessoas, pane no sistema público de saúde e superpopulação carcerária.

Além de discutir as questões em maior evidência nos últimos doze meses, os procuradores dos direitos do cidadão de todo o país tiveram a oportunidade de trocar experiências, conhecer detalhes da atuação dos Grupos de Trabalho da PFDC, consolidar o cumprimento das resoluções do encontro anterior e apontar os rumos a serem trilhados no próximo ano de trabalho.

A íntegra das exposições, além das 109 resoluções que orientarão a atuação dos procuradores dos direitos do cidadão no próximo ano de trabalho encontram-se na página eletrônica da PFDC: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/eventos/encontro-nacional>

## 2.5.2 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Além de promover eventos na área dos direitos do cidadão, a PFDC participou de uma série de eventos organizados por outras instituições. Confira a lista abaixo:

	EVENTO	DATA/LOCAL	TEMA EM DEBATE
1	<i>Sessão solene de abertura do Ano Judiciário</i>	01/Fev Supremo Tribunal Federal	Poder Judiciário
2	<i>Fórum da Iniciativa Global de Combate ao Tráfico de Seres Humanos</i>	13/Fev Viena	Tráfico de Seres Humanos
3	<i>Lançamento da Anistia Cultural; A Ditadura Militar no Brasil e apresentação do Caderno Temático “Liberdades Democráticas”</i>	21/Fev Ministério da Justiça	Anistia
4	<i>Solenidade de premiação do “Prêmio Imprensa”</i>	27/Fev Brasília	Imprensa
5	<i>Abertura da XIV Cúpula Judicial Íbero Americana</i>	04/Mar Superior Tribunal de Justiça	Poder Judiciário
6	<i>Posse da Presidência e Vice-Presidência do STJ</i>	07/Abr Superior Tribunal de Justiça	Poder Judiciário
7	<i>Seminário Sistemas Penitenciários e Direitos Fundamentais – ILANUD</i>	16 a 18/Abr Ministério da Justiça	Sistema Prisional
8	<i>Posse da Presidência do STF</i>	23/Abr Supremo Tribunal Federal	Poder Judiciário
9	<i>Direitos Sexuais e Reprodutivos. Lançamento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais</i>	29/Abr Ministério da Justiça	Direitos Sexuais e Reprodutivos
10	<i>Workshop no Reino Unido – Projeto na área de Governança</i>	31/Mar a 04/Abr Reino Unido	Governança
11	<i>Solenidade Comemorativa dos 15 anos de edição e vigência da Lei Complementar 75/93 - Lei Orgânica do MPU</i>	26/Mai Procuradoria Geral da República (PGR)	Institucional
12	<i>Conferência Nacional GLBT</i>	05/Jun Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)	Direitos Humanos
13	<i>Sessão Solene STF e CNJ, em comemoração aos 18 anos do ECA</i>	09/Jul Supremo Tribunal Federal	Direitos de Crianças e Adolescentes
14	<i>Lançamento do livro a Questão da Constitucionalidade das Patentes à Luz da Constituição Federal Brasileira de 1988</i>	25/Ago Embaixada de Portugal	Saúde
15	<i>Abertura do IX Encontro Nacional da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF</i>	01/Out ESMPU	Direito do Consumidor
16	<i>Debate sobre o Dia Mundial da Saúde</i>	10/Out Ministério da Saúde	Saúde
17	<i>X Encontro Nacional da 5ª CCR. Tema: Estratégias comuns no combate a Corrupção</i>	23/Out Brasília	Combate à Corrupção
18	<i>III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes</i>	25/Nov Rio de Janeiro	Criança e Adolescente
19	<i>Encerramento do Programa Memorial MPF - Escola Cidadã</i>	27/Nov Procuradoria Geral da República (PGR)	Educação
20	<i>Abertura do Encontro Preparatório da I Conferência Nacional de Comunicação Social</i>	02/Dez Câmara dos Deputados	Comunicação Social
21	<i>11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos</i>	15 a 18/Dez Brasília	Direitos Humanos

### 2.5.3 - PALESTRAS PROFERIDAS

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão proferiu um total de 22 palestras sobre temas da área. Confira a lista abaixo:

	TEMA DA PALESTRA	DATA/LOCAL
1	<i>Educação em Saúde. Seminário Nacional de Educação em Saúde e Direitos Humanos Promoção da Cidadania das Pessoas com Hanseníase - SECAD e MEC.</i>	27/Mar Brasília/DF.
2	<i>Violência contra a mulher. Audiência Pública sobre tráfico de mulheres, violência doméstica e mulheres encarceradas.</i>	09/Abr Senado Federal
3	<i>Direitos Humanos. Conferência Internacional - Desafios Atuais aos Direitos Humanos e Liberdades.</i>	11/Abr Ucrânia
4	<i>Paz e Conflitos Armados. Conferência Brasil Alemanha sobre direito internacional da paz e conflitos armados.</i>	11/Mai João Pessoa - PB
5	<i>Saúde. II Seminário Nacional de Prevenção e Controle de Infecção em Serviços de Saúde.</i>	14/Mai SCN/DF
6	<i>Simpósio PRR-5ª Região. Tema: As PRRs na Lei Orgânica do MPU, sobre Improbidade Administrativa.</i>	20/Mai PPR-5ª Região/RS
7	<i>Curso ESMPU - As Redes entre a Corrupção, os Crimes Contra o Sistema Financeiro e a Lavagem de Dinheiro. Tema: Formas de Combate à Corrupção - Atuação do MPF - Parcerias com outros órgãos.</i>	28/Mai ESMPU/DF
8	<i>Comunicação Social. 1º Fórum Brasileiro de Auto Regulamentação da Comunicação Social. Tema: Auto-Regulamentação: Aspectos Legais.</i>	10/Jun Câmara dos Deputados/DF
9	<i>Educação. Encontro Nacional sobre a Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais.</i>	01/Jul Brasília/DF
10	<i>Atuação do MPF e PFDC. Programa Escola Cidadã.</i>	04/Set PGR/DF
11	<i>Tráfico de Seres Humanos.</i>	15/Out PRR3/SP
12	<i>Trabalho Escravo. Diálogo Institucional sobre Estratégias de Combate do Trabalho Escravo.</i>	08/Out Brasília/DF
13	<i>Direitos Humanos. IV Simpósio da Universidade Católica de Brasília. Tema: Direitos Humanos e seus reflexos na sociedade - 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.</i>	28/Out Faculdade Católica/DF
14	<i>Ações Afirmativas. Encontro dos Procuradores da República.</i>	29/Out Bahia/BA
15	<i>Direitos Humanos. Seminário USP. Tema: Novos Desafios dos Direitos Humanos.</i>	07/Nov USP-SP
16	<i>O Papel do Movimento Social na construção da Democracia.</i>	20/Nov Ouvidoria Geral da União
17	<i>Direitos Humanos e os Objetivos do Milênio. "O Trabalho desenvolvido pela PFDC para dar efetividade à Declaração dos Direitos Humanos e os oito objetivos do Milênio.</i>	24/Nov Curitiba-PR
18	<i>III Seminário Nacional do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos- PPDDH. "Os Defensores do DH e os Poderes Públicos no Brasil".</i>	28/Nov Recife/PE
19	<i>Saúde Mental. Congresso Nacional de Saúde Mental. Tema: Direitos do Cidadão com Transtorno Mental.</i>	05/Dez Santa Catarina/SC
20	<i>VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento. Tema: PFDC.</i>	08/Dez ESMPU/DF
21	<i>Seminário Centenário da Umbanda: Matriz Religiosa Brasileira. Tema: Combate à Discriminação Religiosa: Papel do Estado, da Mídia, da Escola e da Sociedade.</i>	09/Dez Câmara dos Deputados/DF
22	<i>I Encontro Nacional do Controle em Defesa do SUS. Tema: Atuação do Ministério Público na Defesa do Direito Humano à Saúde.</i>	10/Dez PGR/DF



## 2.5.4 - PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES INTERNAS E EXTERNAS

Ao longo de 2008, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão participou de 45 reuniões internas e 35 reuniões externas. Por meio de sua assessoria, a PFDC também esteve presente em outros 49 eventos. Os encontros contaram com representantes da magistratura, dos poderes Executivo e Legislativo, de organismos nacionais e internacionais, além de diversas entidades da sociedade civil. Confira abaixo o *ranking* dos principais temas debatidos:

RANKING DE TEMAS DAS REUNIÕES	NÚMERO DE ENCONTROS REALIZADOS
Criança e Adolescente	14
Sistema Prisional	13
Direitos humanos	12
Saúde	11
Tráfico de pessoas	10
Educação	10
Outros	7
Comunicação Social	6
Alimentação adequada	5
Assistência social	4
Trabalho Escravo	4
Inclusão de pessoas com deficiência	4
Reforma Agrária	3
Anistia	3
Moradia Adequada	2
Refúgio	2
Direitos sexuais	2
Proteção aos defensores Direitos Humanos	1
Saúde Mental	1
Tráfico de órgãos	1
Acesso a justiça	1

## 2.6. PUBLICAÇÕES

Sistematizar o conhecimento e as informações produzidas no âmbito da proteção dos direitos do cidadão é uma importante estratégia para disseminar boas práticas na área, além de um instrumento valioso para subsidiar a atuação institucional dos membros do MPF nesse campo. Em 2008, a PFDC participou e/ou produziu sete publicações – entre artigos, manuais e cartilhas. Confira:

	TÍTULO
1	<b>As ações do Ministério Público Federal e os limites do poder judiciário na erradicação do Trabalho Escravo.</b> <i>In:</i> Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008
2	<b>Exploração sexual internacional.</b> <i>In:</i> Carta Forense. São Paulo, 2008.
3	<b>Proselitismo religioso abusivo nos meios de comunicação.</b> <i>In:</i> Jornal Írohìn. Brasília, 2008.
4	<b>Direitos do Cidadão.</b> <i>In:</i> Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2008.
5	<b>A maioria do Estatuto da Criança e do Adolescente.</b> <i>In:</i> Jornal do Commercio/PE, 25/07/08
6	<b>Manual de Atuação Grupo de Trabalho Saúde. Financiamento da saúde.</b> <i>In:</i> Escola Superior do Ministério Público da União, 2008.
7	<b>Manual de Atuação Grupo de Trabalho Alimentação Adequada. Direito à alimentação adequada.</b> <i>In:</i> Escola Superior do Ministério Público da União, 2008.

### ENTREVISTAS CONCEDIDAS

Os meios de comunicação constituem um importante instrumento para o diálogo com a sociedade e com os demais agentes que atuam na proteção e garantia dos direitos do cidadão. Em 2008, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão concedeu cerca de 30 entrevistas a veículos impressos, rádios e programas de televisão. As pautas atenderam à diversidade de temas encampados pelos direitos do cidadão, especialmente:

- Educação;
- Classificação indicativa
- Violência sexual
- Tráfico de órgãos
- Sistema prisional
- Pessoas com deficiência
- Igualdade racial
- Previdência e assistência social
- 60 anos da Declaração Universal dos Direitos humanos
- Pedofilia

## 2.7. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE ACOMPANHAMENTO

Ao longo de 2008, foram instaurados pela PFDC 94 Procedimentos Administrativos de Acompanhamento (PAAs), que visam monitorar e/ou investigar temas pertinentes aos direitos do cidadão. Os PAAs instaurados pela PFDC no ano em questão tratam dos seguintes temas:

TEMA	TOTAL DE PA <sub>s</sub> INSTAURADOS EM 2008
Direito do preso / Sistema Penitenciário	30
Criança e Adolescente	8
Direito à vida / Direito à integridade física	7
Educação	7
Comunicação Social	6
Eventos / Seminários	6
Pessoas com deficiência	6
Estrangeiros	3
Segurança Pública	3
Requerimentos Administrativos	3
Defensores Direitos Humanos	3
Afrodescendentes	3
Direito a não discriminação / População LGBT	2
Idosos	2
Terra	2
Direitos sexuais e reprodutivos	1
Trabalho escravo	1
Anistia	1
Assistência Social	1
Programa Nacional de Direitos Humanos	1
Alimentação	1
Servidor público	1
Atuação das fundações públicas	1
Atividades acadêmicas de ESMPU	1
Competência penal da Justiça do Trabalho	1
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>

\* O total excede o número de PAAs porque em um mesmo PAA podem ser tratados assuntos diferentes.

## 2.8. – RECOMENDAÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Entre as funções da PFDC está a expedição de Recomendações e Pedidos de Informação, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública. Em 2008, foram expedidos 14 instrumentos com esse fim:

### **I. Assunto: Classificação Indicativa**

Recomenda ao Ministro de Estado da Justiça revisar o entendimento sobre classificação indicativa de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, em relação aos fusos horários do país.

### **II. Assunto: Classificação Indicativa**

Recomenda ao Ministro de Estado da Justiça a manutenção do dispositivo previsto no art.19, parágrafo único, da Portaria 1220/07, bem como a não-protelação de sua vigência, tendo em vista que o prazo adicional concedido pela Portaria 36/2008 se afigura mais que razoável para as adequações necessárias à implementação da classificação indicativa com observância dos distintos fusos horários do país.

### **III. Assunto: Certidões para fins processuais e extraprocessuais**

Solicita ao Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro Humberto Gomes de Barros, que determine as providências necessárias ao estabelecimento de critérios uniformes para a Justiça Federal de 1º e 2º graus a serem adotados quando da liberação do fornecimento de certidões para fins processuais e extraprocessuais.

### **IV. Assunto: Ditadura Militar**

Encaminha ao Presidente da República cópia do relatório da Comissão criada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para proceder a análise do Livro Negro do Terrorismo no Brasil, sobre o período de ditadura militar no Brasil, para sugestões e providências que a Presidência entender necessárias.

### **V. Assunto: Ditadura Militar**

Encaminha ao Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Ferreira Mendes, cópia do relatório da Comissão criada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para proceder a análise do Livro Negro do Terrorismo no Brasil, sobre o período de ditadura militar no Brasil, para conhecimento e providências que o STF entender necessárias.

### **VI. Assunto: Ditadura Militar**

Encaminha ao então Presidente do Senado Federal Garibaldi Alves Filho cópia do relatório da Comissão criada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para proceder a análise do Livro Negro do Terrorismo no Brasil, sobre o período de ditadura militar no Brasil, para conhecimento e providências que o Senado Federal entender necessárias.

### **VII. Assunto: Ditadura Militar**

Encaminha ao então Presidente da Câmara dos Deputados (CD) Arlindo Chinaglia cópia do relatório da Comissão criada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para proceder a análise do Livro Negro do Terrorismo no Brasil, sobre o período de ditadura militar no Brasil, para conhecimento e providências que a CD entender necessárias.

### **VIII. Assunto: Acessibilidade na programação televisiva**

Manifesta preocupação ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, sobre a possibilidade de adiamento do direito das pessoas com deficiência visual de terem acesso à transmissão com o recurso da áudio descrição, destinado à acessibilidade aos conteúdos televisivos nas programações dos canais abertos.

### **IX. Assunto: Benefício de Prestação Continuada**

Solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o andamento dos trabalhos para edição em conjunto com o INSS, de regulamentação dos procedimentos a serem seguidos pelas equipes de perícia médica nos termos dos artigos 25 e 50 do Decreto 6.214/07, no sentido de implementar a avaliação da deficiência e do grau de incapacidade prevista no art. 16.

### **X. Assunto: Benefício de Prestação Continuada**

Solicita informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à autorização de concurso público para a formação de equipes multidisciplinares, no âmbito do INSS, a fim de atender o previsto no art. 16 do Decreto nº 6.214/07.

### **XI. Assunto: Reforma agrária**

Solicita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário seja dada prioridade ao atendimento do art. 11 da Lei nº 8.629/93 que determina a revisão periódica de índices, parâmetros e indicadores que informam o conceito de produtividade dos imóveis rurais para fins de reforma agrária.

**XII. Assunto: Reforma agrária**

Solicita ao Ministério do Agricultura, Pecuária e Abastecimento seja dada prioridade ao atendimento do art. 11 da Lei nº 8.629/93 que determina a revisão periódica de índices, parâmetros e indicadores que informam o conceito de produtividade dos imóveis rurais para fins de reforma agrária.

**XIII. Classificação Indicativa**

Enfatiza ao Ministro de Estado da Justiça a necessidade de se fazer cumprir as disposições do art. 19 da Portaria MJ nº 1.220/07, com vistas a evitar a exposição de crianças e adolescentes à programação inapropriada, diante da proximidade da implementação do “horário de verão”.

**XIV. Igualdade Racial**

Solicita à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial a adoção de providências que promovam a igualdade racial nos meios de comunicação, em especial nas emissoras de TV, por meio de programas multiculturais que abordem questões étnico-raciais, defendendo sempre a diversidade.

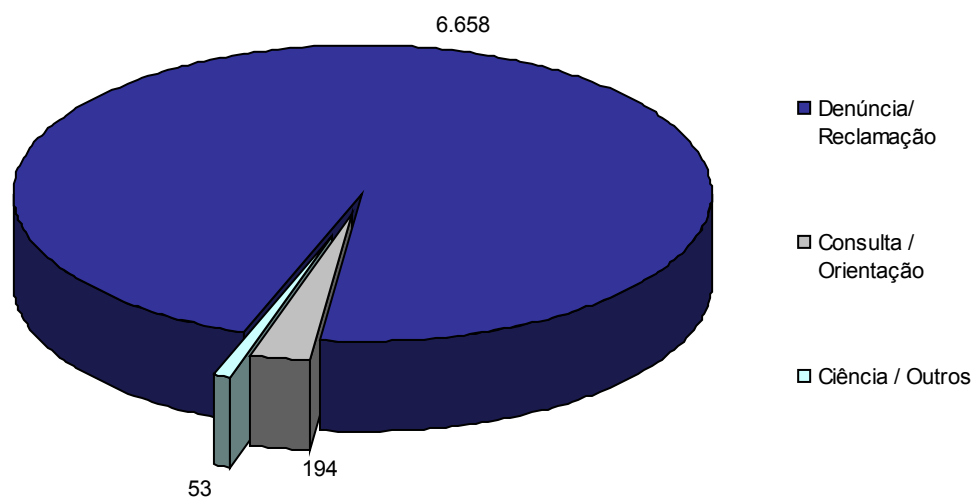
## 2.9. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão realiza atendimento direto ao cidadão, que procura o órgão para denunciar ou receber orientação sobre direitos supostamente violados. Grande parte dessa demanda não se relaciona aos temas específicos de atuação da PFDC.

Em 2008, a PFDC registrou 6905 atendimentos – sendo 96 por telefone, 34 presenciais e 6.775 mensagens eletrônicas. A sociedade civil aparece como principal demandante, com 98% dos contatos realizados. Entre os assuntos mais enfocados estão questões referentes a concursos públicos, educação, segurança pública, direitos do consumidor, previdência social e meio ambiente. Juntas, essas seis categorias representam mais da metade do total de denúncias recebidas nas quase 50 áreas temáticas do direitos do cidadão.

Quando a ação cabível não é de atribuição da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, o caso é encaminhado ao órgão competente para que a defesa do direito lesado seja realizada. A maioria dos atendimentos (73%) foi encaminhada às Procuradorias da República nos estados. Além disso, foram elaboradas 60 informações em resposta às solicitações. A Nota Técnica Nº 12/08 PFDC/CAM/PC sistematiza essas informações.

PERFIL DAS DENÚNCIAS À PFDC (2008)



### 3. COORDENAÇÃO, INTEGRAÇÃO E REVISÃO

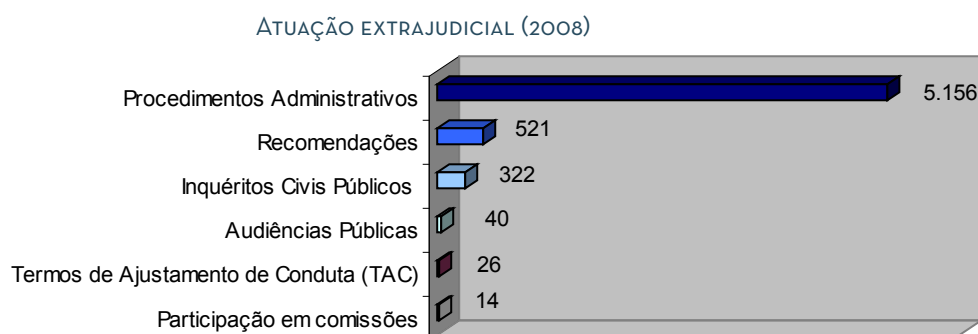
Dentre as funções da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão está a de coordenar, integrar e revisar a atuação das Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão de todo o país. Embora sejam agentes com autonomia de atuação, cabe à PFDC a função de estabelecer mecanismos que visem garantir unidade ao trabalho do Ministério Público Federal no âmbito dos direitos do cidadão.

Vale destacar que é no âmbito das Procuradorias Regionais que são instalados os procedimentos judiciais com vistas a garantir o direito do cidadão. Além dessa atividade judicial, as Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão também atuam por meio de ferramentas extrajudiciais – como Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Recomendações, Inquéritos Cíveis Públicos, Procedimentos Administrativos etc.

Nesse campo, a PFDC também realiza uma atividade complementar: a revisão da homologação dos Procedimentos Administrativos, ocasião em que o processo tem avaliada sua necessidade de homologação ou não. Conheça em mais detalhes a atuação das Procuradorias dos Direitos do Cidadão nos estados e municípios e as atividades de revisão da PFDC.

#### 3.1. ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR ESTADOS E MUNICÍPIOS

Ao longo de 2008, as 27 unidades da federação nos quais atuam Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão contaram com um total de 6.065 procedimentos extrajudiciais com vistas a assegurar os direitos do cidadão. Destaca-se nessa atuação a instalação de 5.156 Procedimentos Administrativos, número que representa 85% do total de ferramentas utilizadas para a ação extrajudicial.



Ao verificarmos o total de procedimentos extrajudiciais implementados, destaca-se a elevada atuação dos estados de Sergipe (830), Paraíba (583), Rio Grande do Sul (572) e Santa Catarina (505). Os estados de São Paulo (97), Mato Grosso do Sul (91), Minas Gerais (83), Acre (70), Espírito Santo (58) e Amapá (23) foram os que menos utilizaram ferramentas extrajudiciais de atuação.

#### ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL (2008)

	Procedimentos Administrativos	Inquéritos Cíveis Públicos	Recomendação	TAC	Audiências Públicas	TOTAIS	Participação em Comissões
AC	49	8	13	0	0	70	0
AL	124	2	11	0	0	137	0
AM	188	26	16	1	18	249	1
AP	17	3	3	0	0	23	0
BA	116	17	6	1	0	140	0
CE	160	0	16	1	0	177	1
DF	215	7	11	1	0	234	*
ES	35	2	21	0	0	58	0
GO	100	0	5	1	0	106	0
MA	104	5	2	0	0	111	0
MG	74	2	7	0	0	83	0
MS	74	6	10	1	0	91	0
MT	212	1	11	1	0	225	1
PA	509	1	70	3	0	583	3
PB	79	7	130	0	19	235	0
PE	279	4	31	1	0	315	0
PI	62	0	30	0	0	92	1
PR	430	1	8	0	0	439	0
RJ	158	17	10	3	1	189	0
RN	177	0	8	0	0	185	0
RO	107	14	13	0	0	134	0
RR	75	0	9	1	0	85	0
RS	469	64	34	5	0	572	1
SC	339	135	29	2	0	505	2
SE	824	0	2	2	2	830	0
SP	89	0	6	2	0	97	4
TO	91	0	9	0	0	100	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5156</b>	<b>322</b>	<b>521</b>	<b>26</b>	<b>40</b>	<b>6065</b>	<b>14</b>

## PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS / INQUÉRITOS CIVIS PÚBLICOS (2008)

	Saúde (inclusive mental)	Educação	Não discriminação racial/Gênero/ Opção sexual/ Procedência	Comunicação social	Reforma Agrária	Alimentação adequada	Outros	TOTAL
AC	10	5	21	0	6	4	11	57
AL	32	21	0	2	3	4	64	126
AM	11	33	2	0	14	13	141	214
AP	7	7	0	2	1	0	3	20
BA	5	17	1	0	1	0	109	133
CE	39	31	0	4	1	0	85	160
DF	51	59	7	0	0	0	105	222
ES	7	7	0	0	0	1	22	37
GO	8	10	0	0	7	0	75	100
MA	15	34	3	1	7	0	49	109
MG	10	3	5	6	1	0	51	76
MS	10	8	1	1	7	0	54	81
MT	12	27	7	3	41	0	122	212
PA	135	156	0	0	4	0	215	510
PB	19	12	5	2	3	8	37	86
PE	143	51	5	0	0	0	84	283
PI	36	0	0	0	0	0	26	62
PR	262	21	5	1	1	3	138	431
RJ	66	26	5	10	0	0	68	175
RN	59	10	1	0	0	0	107	177
RO	22	23	14	8	5	0	49	121
RR	1	17	0	0	0	0	57	75
RS	105	124	4	7	7	21	265	533
SC	244	38	6	6	16	2	162	474
SE	227	65	92	1	3	104	332	824
SP	1	9	14	25	0	0	40	89
TO	13	17	0	1	12	0	48	91
<b>TOTAL</b>	<b>1550</b>	<b>831</b>	<b>198</b>	<b>80</b>	<b>140</b>	<b>160</b>	<b>2519</b>	<b>5478</b>



## RECOMENDAÇÕES (2008)

	Saúde (inclusive mental)	Educação	Não discriminação racial/Gênero/ Opção sexual/ Procedência	Comunicação social	Reforma Agrária	Alimentação adequada	Outros	TOTAL
AC	2	1	5	0	0	1	4	13
AL	1	2	0	2	0	0	6	11
AM	8	4	0	0	1	0	3	16
AP	2	1	0	0	0	0	0	3
BA	0	1	0	0	0	0	5	6
CE	5	4	0	0	0	0	7	16
DF	1	4	1	0	0	0	5	11
ES	4	9	1	0	0	0	7	21
GO	0	4	0	0	0	0	1	5
MA	0	2	0	0	0	0	0	2
MG	1	2	0	0	0	0	4	7
MS	2	1	0	0	0	0	7	10
MT	0	2	6	0	3	0	0	11
PA	15	45	0	0	0	0	10	70
PB	45	6	1	0	0	73	5	130
PE	5	4	1	0	0	0	21	31
PI	18	0	0	0	0	0	12	30
PR	1	2	0	0	0	0	5	8
RJ	1	3	0	0	0	0	6	10
RN	5	0	0	0	0	0	3	8
RO	2	2	5	0	0	0	4	13
RR	1	5	0	0	0	0	3	9
RS	4	10	0	0	2	0	18	34
SC	13	6	0	0	0	0	10	29
SE	0	1	0	0	0	0	1	2
SP	1	1	0	1	0	0	3	6
TO	2	0	0	0	1	0	6	9
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>122</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>74</b>	<b>156</b>	<b>521</b>

## TERMS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC (2008)

	Saúde (inclusive mental)	Educação	Não discriminação racial/Gênero/ Opção sexual/ Procedência	Comunicação social	Reforma Agrária	Alimentação adequada	Outros	TOTAL
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0	0	1	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	1	0	0	0	0	0	1
CE	1	0	0	0	0	0	0	1
DF	0	0	0	0	0	0	1	1
ES	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	1	0	0	0	0	0	1
MA	0	0	0	0	0	0	0	0
MG	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	1	0	0	0	0	0	0	1
MT	0	0	0	0	1	0	0	1
PA	1	0	0	0	0	0	2	3
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	1	0	0	0	1
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
PR	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	1	0	0	0	0	0	2	3
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	1	0	0	1
RS	0	3	0	0	1	0	1	5
SC	0	0	0	2	0	0	0	2
SE	2	0	0	0	0	0	0	2
SP	0	1	0	0	0	0	1	2
TO	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>26</b>

## REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (2008)

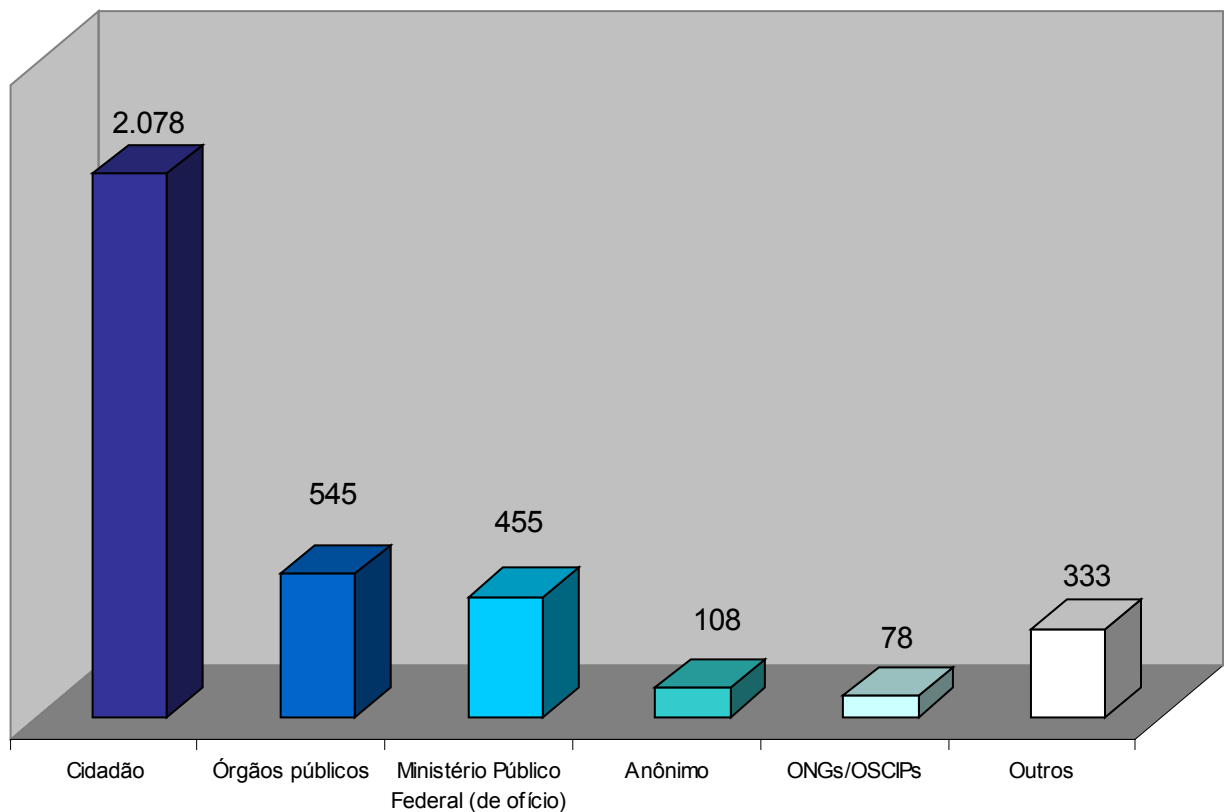
	Saúde (inclusive mental)	Educação	Não discriminação racial/Gênero/ Opção sexual/ Procedência	Comunicação social	Reforma Agrária	Alimentação adequada	Outros	TOTAL
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	7	1	0	0	1	0	9	18
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	*	*	*	*	*	*	*	0
DF	*	*	*	*	*	*	*	0
ES	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	0	0
MA	0	0	0	0	0	0	0	0
MG	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0
MT	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0
PB	10	0	0	0	0	1	8	19
PE	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
PR	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	0	0	0	0	0	0	1	1
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	0	0	0	0	0	0	0	0
SC	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	2	0	0	0	0	0	0	2
SP	0	0	0	0	0	0	0	0
TO	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>40</b>

## 3.2 ATUAÇÃO JUDICIAL POR ESTADOS E MUNICÍPIOS

Mais de 2,5 mil ações judiciais foram executadas ao longo de 2008 por Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão de todo o país. Os estados que mais utilizaram esse recurso foram Rio Grande do Sul (972) e Santa Catarina (541). Juntas, as duas unidades da federação reúnem quase 60% de toda a ação judicial implementada no âmbito dos direitos do cidadão.

A atuação judicial impetrada pelos Procuradores e Procuradoras dos Direitos do Cidadão atendeu demandas oriundas especialmente do cidadão. Em seguida, surgem órgãos públicos de modo geral, organizações da sociedade civil e de ofício do Ministério Público Federal. Confira o *ranking*:

ORIGEM DAS DEMANDAS PARA ATUAÇÃO JUDICIAL (2008)



## ATUAÇÃO JUDICIAL POR ESTADOS (2008)

Estado	Ações Judiciais	Pareceres em Ações Judiciais	Recursos em Ações Judiciais	Total
AC	12	0	4	16
AL	6	6	2	14
AM	*	*	*	0
AP	12	0	7	19
BA	10	70	19	99
CE	7	12	10	29
DF	*	*	*	0
ES	1	0	0	1
GO	3	48	1	52
MA	25	115	18	158
MG	6	0	0	6
MS	4	17	4	25
MT	11	3	1	15
PA	5	39	5	49
PB	7	36	0	43
PE	60	115	13	188
PI	16	10	4	30
PR	5	7	0	12
RJ	61	19	14	94
RN	5	0	1	6
RO	4	3	1	8
RR	0	0	0	0
RS	19	935	18	972
SC	137	386	18	541
SE	10	0	4	14
SP	10	92	11	113
TO	10	11	6	27
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>1924</b>	<b>161</b>	<b>2531</b>

\* Dados não informados.

## AÇÕES JUDICIAIS (2008)

	Saúde (inclusive mental)	Educação	Não discriminação racial/Gênero/ Opção sexual/ Procedência	Comunicação social	Reforma Agrária	Alimentação adequada Alimentação adequada	Outros	<b>TOTAL</b>
AC	2	0	10	0	0	0	0	12
AL	3	3	0	0	0	0	0	6
AM	*	*	*	*	*	*	*	0
AP	1	0	0	0	0	0	11	12
BA	0	2	0	0	0	0	8	10
CE	5	2	0	0	0	0	0	7
DF	*	*	*	*	*	*	*	0
ES	0	0	0	0	0	0	1	1
GO	0	2	0	0	0	0	1	3
MA	17	1	1	0	0	0	6	25
MG	2	0	0	2	0	0	2	6
MS	1	1	0	0	0	0	2	4
MT	1	0	4	0	1	0	5	11
PA	2	1	0	0	0	0	2	5
PB	4	1	0	0	0	0	2	7
PE	17	5	0	0	0	0	38	60
PI	6	0	1	0	0	2	7	16
PR	5	0	0	0	0	0	0	5
RJ	18	6	1	3	0	0	33	61
RN	5	0	0	0	0	0	0	5
RO	1	2	1	0	0	0	0	4
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	4	7	0	0	0	0	8	19
SC	130	0	0	2	0	0	5	137
SE	3	1	4	0	0	0	2	10
SP	3	1	0	1	0	0	5	10
TO	3	2	0	0	0	0	5	10
<b>TOTAL</b>	233	37	22	8	1	2	143	446

## RERCUSOS EM AÇÕES JUDICIAIS (2008)

	Saúde (inclusive mental)	Educação	Não discriminação racial/Gênero/ Opção sexual/ Procedência	Comunicação social	Reforma Agrária	Alimentação adequada Alimentação adequada	Outros	TOTAL
AC	0	0	4	0	0	0	0	4
AL	1	1	0	0	0	0	0	2
AM	*	*	*	*	*	*	*	0
AP	1	0	2	0	0	0	4	7
BA	0	5	0	0	0	0	14	19
CE	4	6	0	0	0	0	0	10
DF	*	*	*	*	*	*	*	0
ES	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	0	0	0	0	0	0	1	1
MA	9	1	0	0	0	0	8	18
MG	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	2	0	0	0	0	0	2	4
MT	0	0	1	0	0	0	0	1
PA	1	0	0	0	0	0	4	5
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	5	2	0	0	1	0	5	13
PI	0	0	0	0	0	1	3	4
PR	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	10	0	0	0	0	0	4	14
RN	1	0	0	0	0	0	0	1
RO	0	1	0	0	0	0	0	1
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	0	9	2	0	0	0	7	18
SC	18	0	0	0	0	0	0	18
SE	3	0	1	0	0	0	0	4
SP	2	0	0	0	0	0	9	11
TO	0	0	0	0	0	0	6	6
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>25</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>67</b>	<b>161</b>

## PARECERES EM AÇÕES JUDICIAIS (2008)

	Saúde (inclusive mental)	Educação	Não discriminação racial/Gênero/ Opção sexual/ Procedência	Comunicação social	Reforma Agrária	Alimentação adequada Alimentação adequada	Outros	TOTAL
AC	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	6	0	0	0	0	0	0	6
AM	*	*	*	*	*	*	*	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	2	8	1	0	0	0	59	70
CE	8	4	0	0	0	0	0	12
DF	*	*	*	*	*	*	*	0
ES	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	1	10	0	0	20	0	17	48
MA	30	18	0	1	12	0	54	115
MG	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	2	2	0	0	0	0	13	17
MT	0	0	0	0	1	0	2	3
PA	18	6	0	0	0	0	15	39
PB	1	24	0	0	9	1	1	36
PE	0	1	0	1	53	0	60	115
PI	5	0	0	0	0	1	4	10
PR	6	1	0	0	0	0	0	7
RJ	5	2	0	0	0	0	12	19
RN	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	1	0	0	0	0	0	2	3
RR	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	401	113	0	1	8	0	412	935
SC	271	5	0	0	6	0	104	386
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
SP	0	0	0	1	0	0	91	92
TO	2	2	0	0	0	0	7	11
<b>TOTAL</b>	<b>759</b>	<b>196</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>109</b>	<b>2</b>	<b>853</b>	<b>1924</b>



### 3.3. ATUAÇÃO JUDICIAL DAS PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA (PRR)

A PFDC também trabalha na coordenação e integração da atuação em prol do cidadão desenvolvida no âmbito das Procuradorias Regionais da República (PRRs).

Atualmente, há cinco Procuradorias Regionais da República no país: PRR 1ª Região, com sede em Brasília/DF e jurisdição sobre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins, além do Distrito Federal; PRR 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro/RJ e abrangendo também o Espírito Santo; PRR 3ª Região, com sede em São Paulo/SP e jurisdição também em Mato Grosso do Sul; PRR 4ª Região, com sede em Porto Alegre/RS e atuação também no Paraná e em Santa Catarina; e PRR 5ª Região, com sede em Recife/PE e abrangendo também os estados do Ceará, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os procuradores regionais da República atuam perante os Tribunais Regionais Federais na busca pela garantia constitucional dos direitos do cidadão. Confira os números:

ATUAÇÃO JUDICIAL DAS PRRS (2008)

	Ações Judiciais	Pareceres em Ações Judiciais	Recursos em Ações Judiciais	Total
PRR1	0	545	64	609
PRR2	*	247	16	263
PRR3	209	209		418
PRR4	*	114	39	153
PRR5	*	564	23	587
<b>Total</b>				<b>2030</b>

\* Dados não informados.

### 3.4 REVISÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Dentre as atribuições da PFDC está a de analisar Procedimentos Administrativos (PAs) – no âmbito dos direitos do cidadão – arquivados pelos Procuradores da República em todo o país. Essa atividade de revisão visa garantir o melhor encaminhamento às ações realizadas pelas Procuradorias dos Direitos do Cidadão nos estados e municípios.

Ao longo de 2008, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão analisou 2.502 Procedimentos Administrativos arquivados. Desse total, 2.318 (92,6%) tiveram seus arquivamentos homologados e a 184 (7,3%) foram indicadas novas diligências.

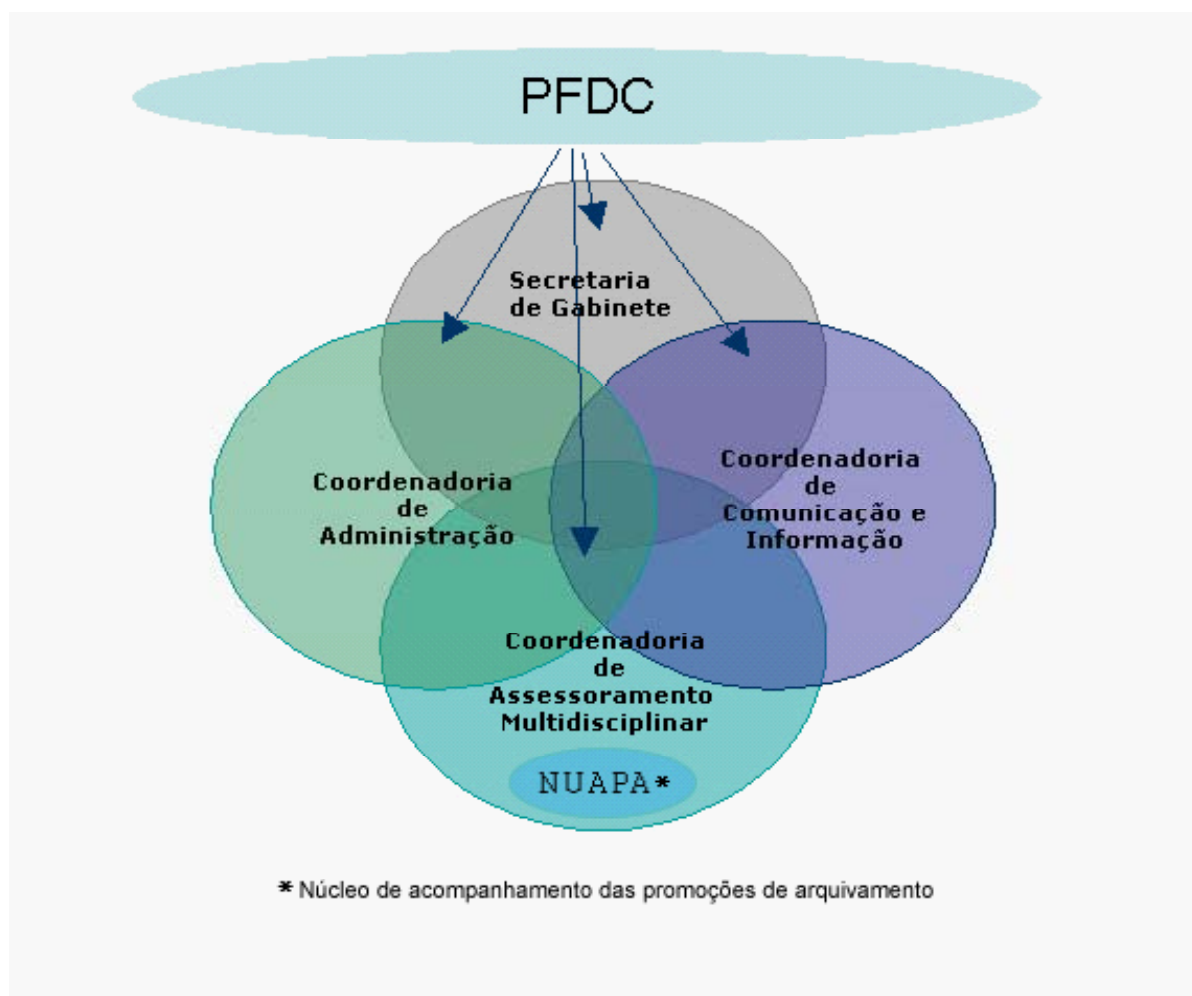
Embora a quantidade de PAs revisados seja elevada – e cerca de 26% superior em relação ao número registrado em 2007 –, a PFDC fechou o ano de 2008 com 3.838 Procedimentos Administrativos aguardando revisão. Essa pendência deve-se, entre outros fatores, ao crescimento no número de PAs arquivados pelas Procuradorias da República e encaminhados para revisão da PFDC, que subiu de 3064 em 2007 para 6340 em 2008.

## HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR ESTADO (2008)

Procuradoria da República	Total de PAs encaminhados
Paraná	209
Rio de Janeiro	144
Goiás	123
São Paulo	121
Ceará	117
Rio Grande do Sul	111
Pará	74
Minas Gerais	73
Mato Grosso	70
Distrito Federal	63
Rio Grande do Norte	61
Tocantins	59
Bahia	50
Maranhão	43
Santa Catarina	41
Mato Grosso do Sul	26
Amazonas	24
Espírito Santo	23
Paraíba	17
Amapá	16
Pernambuco	14
Piauí	9
Sergipe	6
Acre	6
Roraima	5
Alagoas	5
Rondônia	3

## 4. ESTRUTURA DA PFDC

### ORGANOGRAMA



## 4.1. COORDENADORIA ADMINISTRATIVA (CA)

Compete à Coordenadoria Administrativa planejar, coordenar e controlar as atividades de apoio administrativo (triagem, autuação, recebimento, expedição, distribuição e controle de documentos e procedimentos, elaboração de ofícios, memorandos e portarias, controle interno sobre os recursos humanos e materiais, entre outras.

A CA presta ainda apoio administrativo nas reuniões dos Grupos de Trabalhos e às demais reuniões ou eventos promovidos pela PFDC (requisições administrativas, encaminhamento de pedidos de diárias e passagens, translados internos, etc). Confira alguns números desse trabalho:

**1.920** ofícios expedidos

**4.777** expedientes diversos encaminhados (despachos, memorandos, portarias)

**4.159** procedimentos administrativos recebidos e/ou encaminhados

### 4.1.1 - EQUIPE 2008

**Bruno Cruz Pinheiro** - Técnico Administrativo

**Edlene P. da Silva** - Auxiliar de Serviços Gerais

**Gisele Pereira Sales** - Técnico Administrativo

**Jander de Oliveira Medeiros Frias** - Estagiário de Administração

**Márcio Nascimento de Souza** - Técnico Administrativo (a partir de 19/11/2008)

**Mário Cabral de Abreu** - Técnico Administrativo/Coordenador (no NUAPA até 21/10/08)

**Mônica Malecha Sgarbosa** - Apoio Administrativo

**Paulo Sérgio Gomes Fernandes** - Auxiliar de Serviços Gerais

**Rafael José Szerwinsk Camargos** - Técnico Administrativo

**Rafael da Silva Vieira** - Auxiliar de Serviços Gerais

**Sheila Neves de Oliveira** - Técnico Administrativo/Coordenadora (até 06/10/2008)

**Valéria Maria Alves do Nascimento** - Técnico Administrativo

## 4.2. COORDENADORIA DE ACESSORAMENTO MULTIDISCIPLINAR (CAM)

A Coordenadoria de Assessoramento Multidisciplinar desenvolve atividades de assessoria e apoio técnico:

- Aos Grupos de Trabalho da PFDC (análises, estudos e pesquisas);
- Às participação da PFDC e de PDCs em Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho Interinstitucionais;
- À PFDC nos procedimentos administrativos e outros;
- Participação em seminários, audiências públicas, conferências e outros eventos;
- Acompanhamento da legislação e jurisprudência referente a temas de atuação da PFDC.
- Atenção ao cidadão, com destaque para o acompanhamento junto ao Ministério das Relações Exteriores de eventuais problemas com cidadão brasileiro em outros países – tais como tráfico de pessoas, adolescente em situação de adoção por estrangeiro, maus-tratos a brasileiros no exterior etc.

Confira alguns números desse trabalho:

**372** informações produzidas

**29** levantamento de dados realizados

**41** notas técnicas produzidas

**48** eventos e reuniões acompanhados

#### 4.2.1 - EQUIPE 2008

**Célia Maria Lopes Tosta** - Técnico Administrativo (até 27/07/2008)  
**Daniella Duarte Roberto** – Técnico Administrativo (a partir de 19/05/2008)  
**Emília Ulhôa Botelho** - Analista Pericial em Antropologia/Coordenadora (até 31/05/2008)  
**Flozilene de Souza Oliveira** - Técnico Administrativo  
**João Pedro Avelar Pires** – Técnico Administrativo (a partir de 06/05/2008)  
**Jorge Bruno Sales de Souza** - Analista Pericial em Antropologia  
**Leonardo Antônio de Moraes Filho** – Técnico Administrativo  
**Márcia Maria Regueira Lins Caldas** – Técnico Administrativo (a partir de 14/10/2008)  
**Marcus Elício Lima** – Assessor (a partir de 06/05/2008)  
**Mariela Villas Bôas Dias** – Assessora (até 05/05/2008)  
**Marluce Maria Oliveira** – Técnico de Saúde  
**Mércia Beatriz Miranda** – Analista/Administração  
**Patrícia Cristina Alves Campanatti** - Analista de Saúde-Serviço Social/Coordenadora (a partir de 01/06/2008)  
**Renan Paes Félix** – Técnico Administrativo (até 05/05/2008)  
**Rossana Maria do Amaral Barros** - Analista de Controle Interno

### 4.3. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (CCI)

A Coordenadoria de Comunicação e Informação (CCI) dá suporte à atividade fim da PFDC, coordenando e executando as ações de documentação, divulgação, informação e comunicação social. Entre suas atribuições está:

- Gestão de conteúdo da página eletrônica da PFDC;
- Divulgação informações juntos aos membros do MPF, de modo a subsidiar o trabalho na defesa dos direitos do cidadão;
- Acompanhamento do noticiário jornalístico, atendimento às demandas de imprensa, acompanhamento em entrevistas, redação de press-releases e textos de divulgação institucional;
- Coordenação editorial de publicações assinadas pela PFDC;
- Coordenação e organização de eventos institucionais;
- Organização do acervo da biblioteca da PFDC, pesquisas e levantamentos de informações;

Confira alguns números desse trabalho:

**594 documentos** inseridos na página eletrônica da PFDC  
**442 materiais impressos e 153 arquivos de áudio e vídeo** catalogados e inseridos na biblioteca  
**95 boletins de informação** produzidos  
**43 peças de divulgação** elaboradas  
**30 atendimentos** a jornais, revistas, tevês e rádios do país

#### 4.3.1 - EQUIPE 2008

**Célia Maria Lopes Tosta** - Técnico Administrativo (até 27/07/2008)  
**Aloízio Michael Pereira da Silva** – estagiário de Comunicação Social (a partir de 1º/06/2008)  
**Ana Cláudia Neves** – estagiária de Publicidade (até 30/08/2008)  
**Andréa Maria Cardoso Leal** – estagiária de Jornalismo (a partir de 03/03/2008)

**Bianca Teixeira** – estagiária de Jornalismo (até 30/01/2008)  
**Gustavo Barreto Hildebrand Madureira** – estagiário de Publicidade (até 31/05/2008)  
**Helena Lúcia Cochlar da Silva Araújo** – Assessora (Coordenadora)  
**Ivan Lopes Bicudo de Castro** – estagiário de Jornalismo (até 30/06/2008)  
**Izabel Heringer** - estagiário de Jornalismo (a partir de 06/02/08)  
**Juliana Silva e Sousa** - estagiária de Biblioteconomia (até 03/12/2008)  
**Mariana Fernandes** - estagiária de Jornalismo (até 08/08/2008)  
**Marlene Maria Lima de Miranda** - Técnico Administrativo  
**Rudá Dantas Teixeira de Carvalho** – estagiário de Publicidade e Propaganda (a partir de 09/08/2008)  
**Thaís Silva Roher Martins** – estagiária de Jornalismo (de 01/07/2008 até 12/12/2008)  
**Wilson Veleci da Silva** - Técnico Administrativo

## 4.4. SECRETARIA DE GABINETE (SEGAB)

A Secretaria do Gabinete presta apoio direto à Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, desenvolvendo as seguintes atividades: atendimento das ligações telefônicas destinadas à titular, organização da agenda de compromissos da PFDC, análise da correspondência (meio físico e eletrônico) endereçadas à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, respostas e encaminhamentos devidos, manutenção e organização do arquivo do gabinete, pesquisas e apoio aos eventos realizados pela PFDC.

### 4.2.1 - EQUIPE 2008

**Ailza Rodrigues Pinto** - Secretária  
**Fabiola Rosa Maia** - Estagiária de Letras (até 05/05/2008)  
**Iza Paula Leandro Viana** - Técnico Administrativo (até 05/05/2008)  
**Karina Braga Lima** – Estagiária (até 18/12/2008)  
**Maria Hildenora de Souza Torres** - Técnico Administrativo (até 05/05/2008)  
**Myllenn da Silva Boaventura Costa Serpa** – Estagiária de Administração (a partir de 08/09/2008)  
**Myriam Bréa Honorato de Souza** – Assessora (a partir de 14/08/2008)

## 4.5. NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DAS PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO (NUAPA)

O Núcleo de Acompanhamento das Promoções de Arquivamento presta apoio direto à Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão nos processos de arquivamento. Em 2008, 2.502 Procedimentos Administrativos foram arquivados, conforme destacado anteriormente.

### 4.5.1 - EQUIPE 2008

**Getúlio Viturino da Silva** - Assessor (até 05/05/2008)  
**Patrícia Regina Leal Almeida Rosa** – Técnico Administrativo ( a partir de 07/07/2008)  
**Sabrina Zuchelli** – Técnico Administrativo (a partir de 06/05/2008)  
**Vinícius Franzoi** – Técnico Administrativo